

Guerra, Medo, Violência...

Cecília Coimbra



Este filme, já assistimos inúmeras vezes! A afirmação de que vivemos uma situação de guerra em algumas cidades brasileiras, em especial no Rio de Janeiro, tem sido repetidamente enfatizada em muitos momentos.

Cada vez mais se torna difícil e, até mesmo, perigoso falar sobre a violência que nos acompanha cotidianamente. Sua banalização e, ao mesmo tempo, um estado paranóico que se cria e que, ao exigir uma eficaz e competente segurança, está na realidade apelando não só para a lei, a ordem, mas fundamentalmente para uma maior e mais forte repressão. Repressão representada por leis, penas e tratamentos mais duros, pelo policiamento armado e ostensivo e, em muitos momentos, pelo apelo às forças armadas. Produzem-se competentes cortinas de fumaça e a população em geral passa a acreditar que o tratamento para a violência inclui necessariamente medidas repressivas, duras, arbitrárias e brutais. O estado de violência e a luta contra ele passa a justificar qualquer ação, qualquer desrespeito, mais violência ainda.

Grandiosas e eloqüentes campanhas anti-violência pregam a intervenção federal, a utilização das forças armadas, o endurecimento de penas, a guerra sem tréguas contra os crimes e os criminosos. Mas, que guerra é essa?

Alguns responderiam: a guerra contra o narcotráfico que fere também abusiva e violentamente os mais elementares direitos.

Mas, que guerra é essa? – continuaríamos perguntando – que mata, em sua grande maioria, jovens pobres, negros, do sexo masculino, de 15 a 24 anos de idade – segundo pesquisa do IBGE de 2000? Quem os mata? E, quem são esses jovens mortos? Todos traficantes e/ou criminosos?

Quem melhor para guerrear nesta situação? Quem dizem possuir competência, experiência, credibilidade e

incorrupibilidade? As forças armadas, sobretudo o Exército que se notabilizou na também “guerra” contra os “terroristas” dos anos 60 e 70, em nosso país. Hoje, a “democracia” exige também medidas duras e repressivas. Contra quem, efetivamente?

Temos ainda a força de um pensamento que afirma que defender direitos humanos é defender bandidos, é apoiar marginais, visto que as entidades de direitos humanos tentam analisar a situação econômico-social em que se encontram significativas parcelas que vêm sendo violentamente excluídas de quaisquer direitos. E, é aí também que mora o perigo: pobreza e miséria são indissoluvelmente associadas à periculosidade, criminalidade. Por isto, todo cuidado é pouco ao se falar sobre a chamada violência urbana, pois, em muitos momentos, caminhamos em um fio de navalha. É muito mais fácil cairmos no canto de sereia que prega a repressão pura e simples ou numa pseudo justificação “paternalista-sociológica”, tão daninha e perigosa quanto a posição anterior.

Antes de apontarmos soluções mágicas para a questão da violência, não seria mais prudente fazermos-nos algumas perguntas? Por que a “guerra contra o tráfico” deverá justificar violações, em muitas situações, até maiores do que as cometidas pelos criminosos? Será que temos conhecimento de que os territórios do tráfico se estendem muito além das favelas? Que se cruzam com o próprio Estado, através de diferentes colaborações advindas de alguns setores das polícias, das forças armadas, dos poderes executivo, legislativo e judiciário?

Por quanto tempo continuaremos plagiando o Chefe de Polícia do filme Casablanca? Até quando repetiremos “prendam os suspeitos habituais”? ☹

O estado de violência e a luta contra ele passa a justificar qualquer ação, qualquer desrespeito, mais violência ainda.

Cecília Coimbra é *Psicóloga, Professora da Universidade Federal Fluminense, Fundadora e atual Vice-Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Conselheira do CRP/RJ*



Da dor, uma bandeira de luta



A violência está cada vez mais presente – direta ou indiretamente - na vida de cada um de nós. Para algumas pessoas, no entanto, a violência deixou seqüelas profundas. Principalmente para aquelas que foram vítimas da violência policial. O Informativo PACS convidou seis mulheres para falarem de sua experiência. Confira abaixo os principais trechos dos depoimentos dessas mulheres que fizeram da sua dor uma bandeira de luta.

A íntegra está disponível no sítio do PACS: www.pacs.org.br

Vera Lúcia de Souza - "Sou mãe de Cristiane Leite de Souza, desaparecida em 26 de julho de 90. Ela foi fazer um passeio dia 26 de julho de 1990 num sítio em Suruí, Magé, e de lá desapareceu, retirada por policiais. Estou há 15 anos lutando contra essa violência. Larguei o meu trabalho pra me dedicar a isso, pra que não acontecesse outras violências, mas, infelizmente, estou vendo que não consegui muita coisa. Consegui o respeito das autoridades, que foi muito importante, mas a violência continua. A coragem e a vontade de lutar é muita, mas nós temos medo. Continuamos sem saber quem são os algozes. Mas eu acho que a reunião das Mães de Acari - hoje somos 10; éramos 11 mães, mas tivemos uma mãe assassinada - e a coragem que vem delas é o grande estímulo. Porque quando uma tem vontade de desistir, a outra estimula. E eu não quero acreditar que o corpo da minha filha esteja aí, em cima dessa terra, sem ser feito nada. Estou exigindo justiça, estou pedindo, implorando, clamando. Estou pedindo a Deus que me conserve, até o dia em que eu saiba o que aconteceu com ela".

Márcia Jacinto - "Sou moradora de Lins de Vasconcelos, mãe de Henri Silva Gomes de Siqueira, executado por PMs em 2002, quando tinha 16 anos. Ele já estava no primeiro ano do segundo grau e o seu sonho era ser jogador de futebol. O que mais me faz lutar é saber que executaram o meu filho e ainda o tacharam como traficante. E na sociedade do asfalto, usuário é dependente químico; no morro, é bandido, maconheiro, xinxeiro, é traficante. Lá na favela nossas casas são arreventadas, é tapa na cara, é bandido, é mulher de vagabundo. E sem contar esse carro, o *caveirão*, que é uma desgraça. Eles botam gancho nas costas dos cadáveres e saem levando pela comunidade; botam uma música terrível, dizendo que vieram buscar sua alma, soltando aquela fumaça cinza. Quando fala em *caveirão*

até as crianças se mijam de pavor. Então, nós estamos em guerra; mas que guerra é essa que, principalmente no Rio de Janeiro, só morre pobre, negro e favelado? Para mim, os policiais são os exterminadores do futuro, porque os nossos jovens estão morrendo pela mão da polícia. Hoje, sou uma estudante de Direito e a minha luta será fazer a lei sair do papel - pelos pobres, pelos negros, pelos favelados. Estamos clamando por justiça, para que esses chamados 'agentes da lei', esses policiais que executaram nossos filhos de forma monstruosa, sejam presos".

Marilene Lima de Souza - "Sou mãe de Rosana de Souza Santos, assassinada aos 18 anos. Sou uma das Mães de Acari, que há 15 anos vem lutando por justiça. A questão da violência policial continua sendo o maior problema para nós que moramos em comunidade. Além de ser agressivo, o policial deixa de cumprir o dever por causa de R\$ 5,00, por causa de uma fração de maconha. Então, quando tentam justificar a violência policial por conta do baixo salário, eu não aceito. Porque eu também ganho pouco,

**"Não é porque nós
temos a pele negra
e o cabelo duro que
somos diferentes;
não somos ETs"**

as famílias que moram perto de mim ganham pouco, e conseguimos viver com esse pouco. Por que o policial tem que se corromper? Na época, quando a minha filha sumiu, eu me senti impotente. Hoje, eu me sinto incompetente, porque além de tudo eu não pude achar o corpo dela. Se ela devia à justiça, não era do meu conhecimento; mas se ela devia, por que não está presa, cumprindo o que se deve? Não. Mataram e, além de tudo, ainda sumiram com o corpo. A nossa luta é em busca de dignidade e de respeito. Não é porque nós temos a pele negra e o cabelo duro que somos diferentes; não somos ETs, nós somos do mesmo planeta, nós merecemos respeito, e nós estamos aqui reivindicando isso. Ano que vem é ano de eleição e gostaríamos que os possíveis candidatos, seja a qual cargo eles venham

a disputar, parem de nos enxergar somente como o grande eleitorado que somos, mas que nos enxerguem como seres humanos que somos. Merecemos tratamento digno, merecemos saúde e educação. Essa é a nossa grande vontade: que nossos filhos e futuramente nossos netos tenham um futuro melhor, que sejam vistos como seres humanos, cidadãos merecedores de propostas decentes. Porque só se chama cidadão os que moram no asfalto, os que moram no morro não têm o direito de cidadão. Os deveres nós temos, os direitos são tolhidos”.

Patrícia dos Santos - “Sou irmã do Wagner dos Santos, sobrevivente da chacina da Candelária. Há 12 anos aconteceu a história da Candelária e eu não vi nada mudar, apesar de muito esforço. A única coisa que mudou é que hoje em dia você ainda consegue falar o com o Secretário de Segurança, com o Secretário de Direitos Humanos. A minha luta é por punição aos culpados e pelo direito ao tratamento médico do Wagner. Ele ficou com um defeito na boca e o sonho dele era fazer uma cirurgia. Depois de 10 anos, ele denunciou o Brasil pra Comissão Interamericana, pra OEA, ele, enfim, conseguiu. Fez as duas primeiras cirurgias, mas a terceira, que ele tinha que fazer esse ano, tanto o Nilmário Miranda quanto o Governo do Estado do Rio entenderam que ele não tinha direito. Aí o médico me deu um relatório, dizendo que tudo que o Wagner fez pode retroceder. O Wagner deveria ter vindo em abril, e já estamos em novembro. E ele, além disso, tem saturnismo, que é envenenamento por chumbo, ocasionado pela bala que está alojada na 5ª vértebra. Mas não desistimos. Vamos continuar lutando por justiça. Todo lugar que eu vou, os policiais dizem: ‘Ih, aí vem a irmã do Wagner; cuidado, não faça nada que ela possa te denunciar’. A única coisa que eles têm é um pouco de medo, porque sabem que a gente vai gritar, que a gente vai fazer barulho. Fora isso, eles não estão nem aí; vão continuar matando, sim. Vão continuar matando porque a maioria dos comandantes é conivente”.

Sônia dos Santos - “Sou irmã do Wagner dos Santos, moradora da comunidade no Morro do Borel. Infelizmente, aqui no Brasil, ser pobre é não ter dignidade, ser pobre é ser humilhado. Os policiais não agem da mesma forma nos apartamentos, lá eles têm que ter

mandato pra entrar; no morro, eles não têm que ter mandato, no morro eles entram, eles chutam. As pessoas estão atemorizadas e o governo não faz nada pra pobre; só quem faz é Deus, porque a gente vive de teimoso. A vida que os nossos jovens levam, por exemplo, não é vida; as delegacias e os presídios lotados; o cara entra ladrão de galinha e sai de lá assaltante de banco. Que sistema é esse? Eu quero que meus filhos vivam num mundo melhor, num mundo realmente de igualdade social. Por isso, pobre tem que dar a mão, tem que se unir. Eu sou pobre de dinheiro, mas de espírito eu sou muito rica, eu tenho caráter. Eu falo pros meus filhos todo dia: ‘arrancaram a dignidade da sua mãe, mas não deixem arrancar a de vocês, porque vocês são jovens, vocês estão com muita força. Enquanto mamãe estiver aqui, a mamãe vai lutar, mas vocês têm que estudar. A gente não é marginal, não’. A gente entrou numa luta pra ganhar, não pra perder. Vamos continuar lutando, não vamos parar, vamos dar a mão, vamos estar juntos, estar unidos, pro que der e vier. O nosso objetivo, a gente sabe que não vai alcançar agora, mas os que ficarem vão continuar”.

Júlia Luciana Procópio - “Sou moradora de Irajá, na favela do Areal. Eu já tinha ouvido falar das Mães de Acari, conhecia bem as histórias dela, mas só depois que acontece com a gente, que senti na pele o sofrimento, é que me uni a essas mulheres lutadoras. No dia 29 de maio, meu sobrinho estava em cima de uma laje, quando veio um camburão, invadiu a favela, mandou que ele descesse. Ele desceu, aí a polícia executou o rapaz, e eu gritando lá de cima: ‘não mata, não, leva preso’. Eles não obedeceram. Depois meu genro, que trabalha com ferro-velho, foi executado também. Deixou seis filhos, aí é que eu fiquei mais revoltada ainda. Por isso estou junto com essas mulheres valorosas; estou pra guerrear, não tenho mais medo deles. Nossa luta é por dignidade, por oportunidades iguais para todos. Eu tenho duas sobrinhas que se formaram como professoras, mas até hoje não conseguiram emprego. Por que são escurinhas, moram em favela? Então, fica difícil. E outra coisa também que eu acho errado: ficam nos enganando com cheque-cidadão, bolsa-escola. Ninguém quer isso não; a gente quer trabalho”.

“Eu sou pobre de dinheiro, mas de espírito eu sou muito rica”



Vem novidade por aí

Já está em fase de produção o novo CD da série Trocando em Miúdos. Nesta sétima edição, os programas irão tratar dos seguintes temas: Poder Popular, Mercantilização da Água, Mulheres, Organização Mundial do Comércio, Dívida-Não Devemos, Somos Credores. A novidade é que os CDs serão acompanhados por radionovelas que irão dramatizar os temas abordados nos programas. O material será distribuído para mais de 800 emissoras no país, a partir de janeiro.

Também está em fase de elaboração, a próxima Fotonovela do PACS. Depois do sucesso de “Consuma que eu te Devoro”, será lançada uma nova edição com o tema Água. O assunto será debatido em oficina com entidades e representantes da sociedade civil e, depois, entra em fase de produção. Portanto, em breve, estaremos com mais novidade para você. Aguarde!!!

Assembléia Popular

Cerca de oito mil pessoas participaram da Assembléia Popular-Mutirão por um Novo Brasil, realizada em Brasília, de 25 a 28 de outubro. Integrantes de diversos movimentos sindicais, sociais e populares discutiram propostas para os problemas brasileiros nas áreas da Educação e Cultura; Saúde; Trabalho; Cidades; Soberania e Relações Internacionais; Comunicação; Valores, Gênero e Etnia; Economia; Campo; Sistema Político.

A assembléia foi resultado do trabalho conjunto da 4ª Semana Social Brasileira, da CNBB; da Rede Jubileu Sul/Brasil e Campanha contra a Alca; do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Cáritas Brasileira. Você pode conferir o documento final do evento no Encarte que acompanha esse Informativo.

Economia Solidária mundo afora

A Rede Intercontinental pela promoção da Economia Social e Solidária – RIPESS promoveu o III Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade. O Encontro aconteceu em Dakar, de 22 a 26 de novembro. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária esteve presente, dentre outras representações brasileiras. Para mais informações: www.ripess.net. Antes, de 19 a 21 de novembro, o Pólo de Socioeconomia Solidária (PSES) também realizou encontro em Dakar/Senegal. Mais informações: www.socioeco.org

SIES faz mapeamento da ES no Brasil

Até o final deste ano, será divulgado o mapeamento realizado pelo Sistema de Informações da Economia Solidária - SIES. O mapeamento da economia solidária no Brasil vem sendo produzido através da parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. O material pretende ser um importante instrumento de visibilidade da economia solidária, orientando o processo de organização do movimento da economia solidária, identificando e subsidiando os processos de formulação e execução de políticas públicas para o seu desenvolvimento. Aproximadamente 700 pesquisadores/as visitaram cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários (EES) em todos os 27 estados brasileiros. Para o mapeamento, a economia solidária foi considerada o “conjunto de atividades econômicas (de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizadas sob a forma de autogestão”.



DIREITOS HUMANOS *versus* VIOLÊNCIA

João Luiz Duboc Pinaud*

Pertencem ao nosso imaginário registros dos crimes praticados. Acolhemos notícias da repressão, aprovamos a barbárie da repressão. Os crimes, tanto quanto seu combate, integram um quadro assustador que difunde a sensação de insegurança. Duas faces da cultura do medo e das respostas irracionais. Em ambas, a barbárie naturalizada, imediatamente acolhida e aceita por pessoas que nunca fizeram exercícios críticos, posto que jamais provaram respostas de Justiça, Ética ou Direitos Humanos.

A ameaça de possível perigo, como mensageira de pânicos sociais, pesa tanto quanto o próprio perigo. Propaga a retórica do medo, que servirá, como sempre serviu, para justificar regimes autoritários, a legitimação prévia das práticas repressivas do Estado violento e opressor. Usa, a qualquer pretexto, seu repertório de armas, brutalidades, espancamentos, torturas, assassinatos pontuais, execuções sumárias ou extermínios extrajudiciais. Uma sociedade, propositalmente amedrontada e insegura, só pode desejar cadeados, muros altos e segurança bélica, armada, se possível militarizada (*‘Queremos o Exército na ruas!’*). Postulará penalidade maiores, extremas e radicais (*‘Queremos pena de morte!’*). O Estado oferta, tranqüilo e impune, toda sua resposta armada e passa ao largo do que se apelidou *‘Estado de Direito’*, negando, de saída, qualquer ação de ativismo em Direitos Humanos.

A afirmativa da oposição *Violência versus Direitos Humanos* abre abismo separando, nas políticas governamentais, duas categorias desenhadas como diametralmente antagônicas. Afirma-se que são inimigas, nunca se entrosam e devem lutar entre si. Em consequência, os violentados amedrontados se recusam a aceitar a diferença básica (a mudança de conceitos) entre *Política de Segurança Pública* e *Política Pública de Segurança*. Dizem que são meras trocas

de palavras na ordem da frase e escondem a mudança do olhar, da concepção de valores, enfim.

As bélicas *Políticas de Segurança Pública* (invasões de favelas, brutalidades, torturas) diferem muito das *Políticas Públicas de Segurança* (ainda não vivenciada no Brasil e no Rio, em particular). Esta só existirá se houver efetiva política pública, assumindo Ética, Direitos Humanos, Educação, Trabalho dignamente remunerado, validação do meio ambiente, repúdio às práticas racistas, etc... Em suma,

respeito aos valores normatizados (mas ignorados) da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Não uma ordem pública superimposta pela força, mas ordem das relações, construídas no tecido da sociedade.

Enquanto vigorar a tosca concepção de segurança pública bélica (*Bonde do Bem* disparando no *Bonde do Mal*,) a violência crescerá. E crescerá, justamente, porque não experimentou nenhum confronto desarmado com o civilizatório.

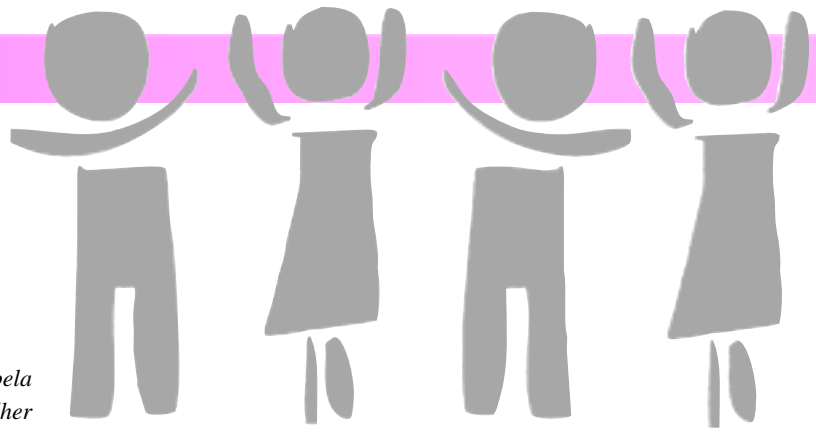
Do ventre da miséria, a violência renascerá, nutrida pela fome, pela falta de alternativas educacionais. O evidente se tornará frustrante: *política pública de segurança na tessitura da fecundidade do diálogo ético-solidário*. Troca da força bélica pelo ativismo da solidariedade. Perceberemos, então: não se convocou, plenária e exaustivamente, a solidariedade humana, em seus ativismos: religioso, comunitário, estético; não se plantou, no lugar do violento, o fraterno. Não se tentou a óbvia e possível alternativa: sacar as poderosas armas do arsenal *Direitos Humanos*. Caso contrário, as turmas da Barbárie e da Represália continuarão criando novos robôs da reatividade primitiva, negadores públicos de Direitos Humanos. Tais robôs seguirão invadindo, mutilando e endividando povos não tão fortes, discriminando, humilhando, torturando, matando e trancando os arquivos de seus crimes. ☺



* João Luiz Duboc Pinaud é Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

Não existe mulher que gosta de apanhar
o que existe é mulher
humilhada demais para denunciar
machucada demais para reagir
pobre demais para ir embora.”

*Dia 25 de Novembro, dia Internacional pela
Eliminação da Violência Contra Mulher*



Nada é impossível de Mudar

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade
consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer
natural
nada deve parecer impossível de mudar.”

Sobre a violência

A corrente impetuosa é chamada de violenta
Mas o leito do rio que a contem
Ninguém chama de violento.
A tempestade que faz dobrar as betulas
É tida como violenta
E a tempestade que faz dobrar
Os dorsos dos operários na rua?

As margens

Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas as
margens que o comprimem

poemas de Bertolt Brecht

Na morte de um combatente da paz

À memória de Carl von Ossietzky

Aquele que não cedeu
Foi abatido
O que foi abatido
Não cedeu.
A boca do que preveniu
Está cheia de terra.
A aventura sangrenta
Começa.
O túmulo do amigo da paz
É pisoteado por batalhões.
Então a luta foi em vão?
Quando é abatido o que não lutou só
O inimigo

Quem não sabe de ajuda

Como pode a voz que vem das casas
Ser a da justiça
Se os pátios estão desabrigados?
Como pode não ser um embusteiro aquele que
Ensina os famintos outras coisas
Que não a maneira de abolir a fome?
Quem não dá o pão ao faminto
Quer a violência
Quem na canoa não tem
Lugar para os que se afogam
Não tem compaixão.
Quem não sabe de ajuda
Que cale.



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas
Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Equipe: Ana Candida, Eliane Macedo, Jussara Oliveira,
Kátia Aguiar, Lycia Ribeiro, Maria Eduarda Fernandes,
Peter Gerhard, Renata Lins, Robson Patrocínio, Rosana
Lobato, Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes e
Terezinha Pimenta.

Estagiários: Bruno Lopes e Maiara F. Silva

Cooperante: Alain Simon.

Distribuição: Gustavo Jorge Vaccihi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares? Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. n° 2.476,
de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -
inscrição n° 620 - D.O.M. de 28/10/2003

Edição: Lycia Ribeiro MTB-899/04/105CE

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Ilustrações: Kita Telles

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares